



BUREAU
VERITAS

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO DE INSTALAÇÕES : Ascensor

IPAC
acreditação

10006
ISO/IEC 17020
Inspeção

IDENTIFICAÇÃO DA INSTALAÇÃO

Localização da instalação	10, 10	Relatório nº	LA2024-0466-01-01
Código Postal	1000-008	Instalação nº	
Localidade	Lisboa	Posição n.º	
Concelho	Lisboa	Processo nº	PT36748483
Proprietário	Test inspection 001	Marca ou Fabricante	Autur
Morada	10, 10	Empresa Instaladora	Ascensul
Código Postal	Lisboa	Empresa de Manutenção	

TIPO DE EDIFÍCIO

Habitação
Nº Fogos :

TIPO DE INSPEÇÃO

Inspeção Periódica

ASCENSORES E MONTA-CARGAS

Transporte de	Accionamento	Casa das Máquinas	Nº Pessoas	Nº Paragens	Nº Cabos/Correias	Diâmetro/Larg. (mm)
Pessoas	Electromecânico	Sim, Em cima	20	2	/200	200 /
			Carga Nominal(Kg)	Curso (m)	Vel.Nominal/Vel.Nivelção(m/s)	Marcação CE
			200	200	2000 /	

ESCADAS MECÂNICAS E TAPETES ROLANTES

Velocidade (m/s):	Curso (m):	Desnível (m):	Largura Degraus (mm):
-------------------	------------	---------------	-----------------------

REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL

Decreto 26591/1936					
--------------------	--	--	--	--	--

NOTA DE CLAUSULAS

Tipo Deficiência detectada

C1	A INSTALAÇÃO FOI PARCIALMENTE SUBSTITUIDA E NÃO CUMPRE OS REQUISITOS CONSTANTES NO DECRETO LEI Nº 295/98 DE 22/09.
C1	Artº.4º – A caixa, a casa das máquinas e outros locais onde estão instalados órgãos dos elevadores não garantem a instalação de todas as partes constituintes em boas condições de segurança e de funcionamento e a sua fácil vigilância e manutenção.
C2	Art.º 1 - NÃO ESTÃO REUNIDAS AS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA PARA OS UTENTES E/OU PESSOAL DE CONSERVAÇÃO E/OU INSPECCÃO.
C3	A INSTALAÇÃO NÃO OFERECE AS NECESSÁRIAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA, POR DELEGAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL, PROCEDEU ESTA EIIE À SUA IMOBILIZAÇÃO/SELAGEM.

RESULTADO DA INSPECCÃO - Este Relatório de Inspeção reflecte as constatações do inspector no momento da inspeção, realizada no âmbito do Decreto-Lei nº 320/2002, de 28/12.

Reprovada C1-Deve permanecer imobilizada

Caso tenham sido detetadas cláusulas do tipo C2* as mesmas devem ser regularizadas no prazo de 2 anos após a sua deteção, conforme Despacho n.º 17/2022/DG de 8 de junho de 2022

Observações

Sem Observações

Constatações

Sem Constatações

CERTIFICADO DE INSPECCÃO PERIÓDICA

Instalação: tipo	Ascensor
n.º	PT36748483
Emissão: 2024-05-13	Validade:
Requerer Inspeção Periódica até:	

Data da Inspeção
2024-05-13

Inspector

Shlok Lift Admin

Proprietário (Requerente)

Test inspection 001

Empresa Manutenção



OBRIGAÇÕES DO PROPRIETÁRIO

O Proprietário da instalação é responsável pela utilização, conservação e manutenção da mesma, de acordo com as condições de segurança regulamentares, estabelecidas pelo Decreto-Lei 320/2002 de 28 de Dezembro, em concreto está obrigado a empreender as acções oportunas para que dentro do prazo estabelecido se realizem as correções e reparações indicadas neste relatório de inspeção.

EM RELAÇÃO AO NÍVEL DAS DEFICIÊNCIAS INDICADAS NO RELATÓRIO

Elevador Aprovado: Não foram detetadas deficiências na instalação, no decorrer da inspeção.

Elevador Aprovado com cláusulas C3: foram detetadas cláusulas tipo C3, correspondem a situações que não apresentam um risco directo para a segurança de pessoas e bens, cuja resolução deve ser verificada na inspeção periódica seguinte.

Elevador Aprovado com cláusulas C2*: foram detectadas cláusulas tipo C2*, correspondem a situações de médio risco para a segurança de pessoas e bens. Estas cláusulas não obrigam à imobilização das instalações. A remoção destas não conformidades deve ser executada no prazo máximo de 2 anos após a sua deteção, conforme **Despacho n.º 17/2022/DG de 8 de junho de 2022**.

Elevador Reprovado: foram detetadas cláusulas tipo C2, correspondem a situações de médio risco para a segurança de pessoas e bens. Estas cláusulas dão lugar a uma reinspeção.

Elevador Reprovado com Imobilização: foram detetadas cláusulas tipo C1, correspondem a situações de elevado risco para a segurança de pessoas e bens, cuja resolução deve ser imediata. Estas cláusulas dão lugar à imobilização das instalações.

Classificação das Cláusulas de acordo com o grau de perigosidade para a segurança de pessoas e bens. Fonte: DIRECÇÃO GERAL ENERGIA E GEOLOGIA. ORIENTAÇÕES PARA APLICAÇÃO DAS CLÁUSULAS. 02/12/2005 e ORIENTAÇÃO para aplicação do Despacho n.º 17/2022/DG de 8 de junho de 2022.